

CORREIO NACIONAL

Antônio Cruz/Agência Brasil



Objetivo é recuperar 1 milhão de hectares

2º leilão voltado para recuperação de áreas degradadas

O governo federal lançou, na segunda, em São Paulo, o segundo leilão do Eco Invest Brasil para recuperação de terras e pastagens degradadas. O objetivo é atrair capital privado, por meio de instituições financeiras locais, para financiar projetos que promovam a conversão de terras degradadas em sistemas produtivos sustentáveis.

Os projetos deverão seguir critérios ambientais rigorosos. O edital do leilão foi lançado no fim da manhã

de segunda-feira (28) em solenidade da qual participaram os ministros do Meio Ambiente e Mudança de Clima, Marina Silva, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, e da Fazenda, Fernando Haddad. Desta vez, o leilão tem como objetivo mobilizar recursos para recuperar 1 milhão de hectares de terras degradadas no âmbito do Programa Caminho Verde Brasil, nos biomas da Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal.

Inscrições para o Encceja 2025

O período de inscrições do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2025 termina nesta sexta-feira (2). Os interessados devem se inscrever diretamente no site do Sistema Encceja com o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). O prazo vale também para

as solicitações de atendimento especializado e para tratamento pelo nome social, que é como a pessoa se autoidentifica e que expressa sua identidade de gênero diferente do nome que consta nos documentos de registro civil. Exame é uma oportunidade gratuita e voluntária para jovens e adultos.

Vagas remanescentes do Fies

Termina nesta terça o prazo para os estudantes interessados em concorrer às vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) se inscreverem. As vagas são referentes ao primeiro semestre de 2025 e são aquelas que não foram preenchidas durante as etapas

regulares de seleção do programa federal. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Fies do Ministério da Educação. O Fies concede financiamento a estudantes para cursos de graduação em instituições de educação superior privadas

Exame de residência

Começou na segunda-feira o período para adesão de instituições à 6ª edição do Exame Nacional de Residência (Enare). O prazo segue até 20 de maio, quando também termina o período para pagamento da taxa de adesão para instituições privadas com fins lucrativos. A participação no exame não traz

custo financeiro para instituições públicas e privadas sem fins lucrativos. O chamamento público para adesão de instituições foi publicado na última quinta pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), estatal vinculada ao Ministério da Educação e responsável pelo Enare.

Convocação de 4,3 mil aprovados

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a convocação de 4.330 candidatos aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU).

Com a Portaria nº 3.114 publicada em edição extra do Diário Oficial da União

Refugiados afegãos no Brasil

Cerca de 700 refugiados afegãos serão recebidos e receberão suporte para moradia e acesso a serviços públicos básicos no Brasil pelo Governo Federal. O trabalho ocorrerá por meio do Programa Acolhida Humanitária por Patrocínio Comunitário. As primeiras quatro

famílias de afegãos (18 pessoas) a serem acolhidas chegarão, na terça, no Aeroporto de Guarulhos (SP). A iniciativa foi lançada em setembro de 2024 por meio do edital de chamada para seleção e credenciamento de organizações da sociedade civil.

Educação básica ainda não retomou níveis pré-covid

Estudo analisou desempenho em matemática e português

José Cruz/Agência Brasil

A pandemia de covid-19 ainda impacta a educação brasileira. Embora os níveis de aprendizagem tenham avançado nos últimos anos, o país ainda não conseguiu retomar os patamares de 2019. Além disso, as desigualdades que já estavam presentes foram acentuadas. É o que mostra o estudo Aprendizagem na Educação Básica: Situação Brasileira no Pós-Pandemia, divulgado nesta segunda-feira (28), pelo Todos Pela Educação.

O estudo foi feito com base nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicado para estudantes do 5º e do 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio para avaliar o desempenho em matemática e língua portuguesa. Em todas as etapas, os resultados de 2023 ainda não chegaram aos níveis atingidos em 2019.

“Se os desafios já eram grandes antes da pandemia da covid-19, o contexto atual torna ainda mais urgente o fortalecimento de políticas públicas focadas na recomposição das aprendizagens e



Os resultados de 2023 ainda não chegaram aos níveis atingidos em 2019

na redução das desigualdades, garantindo o direito à educação de qualidade para todos”, diz o estudo.

A publicação mostra ainda que as desigualdades educacionais entre diversos grupos raciais e socioeconômicos e entre as unidades da federação, que já eram evidentes antes da pandemia, ou persistiram ou mesmo se aprofundaram. As desigualdades raciais na aprendizagem, por exemplo, destacadas no

estudo, em 2023 eram maiores que em 2013.

Em 2013, a diferença no percentual de estudantes do 5º ano do ensino fundamental com aprendizagem adequada entre brancos/amarelos e pretos/pardos/indígenas foi de 7,9 pontos percentuais em língua portuguesa e 8,6 pontos percentuais em matemática.

Em 2023, após a pandemia, essas diferenças cresceram para 8,2 pontos percentuais e 9,5 pontos percentuais, respectivamente.

No final da educação básica, no ensino médio, as desigualdades também persistem.

A diferença entre brancos/amarelos e pretos/pardos/indígenas em língua portuguesa passou de 11,1 pontos percentuais, em 2013, para 14 pontos percentuais em 2023. Em matemática, no mesmo período, passou de 4,4 pontos percentuais para 3,9.

CNU 2025: 3,3 mil vagas em 35 órgãos

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Edital deve sair em julho; provas acontecem em outubro

A segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) vai oferecer 3.352 vagas distribuídas em 35 órgãos da administração pública federal. O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, na segunda-feira (28).

Do total de vagas, 2.180 são para convocação imediata, sendo 1.672 de nível superior e 508 de nível intermediário.

As demais vagas (1.172) serão para formação de cadastro reserva. Todas essas vagas são de nível superior.

Segundo a ministra, a previsão é que os candidatos da lista de espera sejam convocados em curto prazo logo após a homologação dos resultados do CNU 2.

“A gente fez por cadastro reserva não porque não irá contratar. E, sim, porque a gente fez um quantitativo que a gente pode precisar um pouco menos ou um pouco mais, dependendo do processo de dimensionamento da força trabalho que

estamos fazendo [em cada órgão federal]”. As provas objetiva e discursiva do CPNU 2 serão realizadas em duas fases e em duas datas.

O MGI prevê que a prova objetiva seja aplicada em 5 de outubro deste ano em 228 cidades de todas as unidades da federação, como ocorreu em agosto de 2024. Somente os habilitados nesta primeira fase, farão a prova discursiva em 7 de dezembro.

A ministra comentou o formato inédito. “As provas serão

em duas fases, com duas datas diferentes, porque uma habilitará para outra fase. Essa é a grande mudança.”

“Isso acontece em outros concursos. A gente não tinha feito assim no CPNU 1, tentando fazer tudo na mesma data. Na nossa visão, isso foi um dos pontos que, desde a nossa análise do concurso, era algo que poderia ser aperfeiçoado”, explicou a ministra.

Na nova edição do chamado Enem dos Concursos, as vagas

estarão divididas em nove blocos temáticos. Na primeira edição, foram oito.

O MGI adotará a mesma sistemática de inscrição para diferentes cargos dentro do mesmo bloco, com possibilidade de o candidato definir uma lista com a ordem de preferência pelos cargos.

A banca examinadora ainda não foi definida, e o MGI firmará o contrato com a empresa escolhida por chamamento público, com dispensa de licitação, mesmo modelo adotado na primeira edição do concurso unificado. Neste formato, as empresas apresentam suas ofertas ao Poder Público.

A ministra esclareceu que o termo de referência (TR) do concurso será enviado, nesta segunda-feira, às bancas examinadoras de todo o país. “Não é uma dispensa de licitação sem concorrência. É uma maneira que a administração pública utiliza, diante de ter poucas bancas que são capazes de fazer um concurso dessa dimensão.”

STF

Desapropriação de terra por incêndio ilegal e desmatamento

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou nesta segunda-feira (28) a desapropriação de imóveis rurais envolvidos em casos de incêndios criminosos ou desmatamento ilegal. A medida deverá ser aplicada pelo governo federal e pelos estados quando a responsabilidade do proprietário estiver devidamente comprovada.

A decisão do ministro foi proferida na ação na qual o STF determinou medidas para prevenção e combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal.

No entendimento de Dino, a Constituição permite a desapropriação de terras que não cumprem sua função social.

STJ

Exposição fotográfica “Além das Lentes”

O Espaço Cultural do Superior Tribunal de Justiça vai inaugurar, no dia 21 de maio, a exposição Além das Lentes, dos fotógrafos Emerson Leal, Gustavo Lima, Lucas Pricken, Max Rocha e Rafael Luz – todos membros da equipe de fotografia da Secretaria de Comunicação Social do STJ. O evento acontecerá das 18h30 às 21h, na sede do tribunal.

Com curadoria do ministro e fotógrafo Sebastião Reis Júnior, a exposição reúne trabalhos dos cinco profissionais que, além de documentar os acontecimentos da corte, exploram suas visões artísticas em temas que vão da arquitetura urbana à vida selvagem.

TCU

9ª edição do Fórum Nacional de Controle

O Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu, na última quinta-feira (24/4), a 9ª edição do Fórum Nacional de Controle. O encontro foi coordenado pelo ministro do TCU Augusto Nardes e teve como tema “Previdência e Desenvolvimento”.

O fórum reuniu autoridades, especialistas e representantes do setor privado para discutir um dos temas mais urgentes da agenda pública nacional: o impacto do déficit previdenciário sobre as finanças públicas e o crescimento econômico do país.

O ministro Augusto Nardes destacou a gravidade do atual cenário previdenciário.

STF

Presidente da 1ª Turma recebe membros da OAB

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, recebeu na segunda membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tratar da restrição do uso de celulares na sessão de julgamento da denúncia do Núcleo 2 da Pet 12.100. O ministro Zanin expôs que tomou uma decisão com base no poder de polícia do presidente da Primeira Turma, após consenso entre os membros do colegiado, diante de questões específicas de julgamento. A providência excepcional visa garantir a liturgia da Corte, o bom andamento dos trabalhos e o cumprimento de uma decisão do ministro relator.